



Representantes dos Sindicatos de trabalhadores petroquímicos envolvidos na consolidação do pólo Sudeste reuniram-se em seminário nos dias 5 e 6 de junho, em Praia Grande (SP), para analisar conjuntamente as alterações pelas quais está passando o setor petroquímico no Brasil e elaboraram o documento conjunto a seguir.

O Pólo Petroquímico Sudeste na Visão dos Trabalhadores

As transformações societárias e produtivas que estão ocorrendo no pólo petroquímico sudeste inserem-se no contexto mais amplo do processo de consolidação vivido pelo setor em âmbito nacional.

Iniciado na década de 1990, este processo tem sido aprofundado pelas recentes aquisições de empresas e reestruturações patrimoniais envolvendo os principais grupos econômicos atuantes na cadeia produtiva petroquímica brasileira. O fato novo é a ativa participação da Petrobras, retomando presença relevante no setor, a exemplo do que têm feito outras empresas petrolíferas internacionais ao integrar suas atividades petroquímicas, como é o caso das estatais SINOPEC, na China, e SABIC, na Arábia Saudita.

O desenvolvimento do setor, intensivo em capital, exige elevados investimentos e planejamento eficaz para a ampliação de sua capacidade de oferta. O Estado brasileiro desempenhou papel decisivo no planejamento e no financiamento, com recursos públicos, da estruturação da petroquímica no Brasil. Como parte de uma estratégia de desenvolvimento regional e de integração da cadeia de produção, liderou a definição e montagem dos pólos petroquímicos brasileiros, sobretudo por meio da Petrobras.

Nos anos 1990, em contexto de desenfreada abertura econômica e implantação do neoliberalismo no Brasil, o Estado teve fortemente reduzido seu papel como indutor e planejador da atividade econômica. De forma abrupta, milhares de postos de trabalho foram sucateados, desencadeando o processo de privatização empreendido pelo governo federal, que resultou na alienação da maior parte das participações da Petrobras nas empresas petroquímicas brasileiras. Seguiu-se intenso processo de fusões e aquisições que se acentuou com a aquisição, em 2002, da Copene – central petroquímica do pólo de Camaçari, na Bahia – pela Braskem, empresa controlada pelo grupo Odebrecht e que concentra hoje elevado poder econômico na petroquímica nacional.

Em 2007, o processo de consolidação do setor avançou em duas operações de aquisição que repercutiram fortemente nos meios políticos e midiáticos nacionais. Em março, foi anunciada a venda da Ipiranga para o consórcio formado por Braskem, Ultra e Petrobras. Meses depois, em agosto, ocorreu o anúncio da aquisição da Suzano Petroquímica pela Petrobras.

A operação que envolve o grupo Ipiranga representa o controle majoritário de uma das principais matérias-primas, o eteno, por uma única empresa, a Braskem, com participação minoritária da Petrobras. A operação envolvendo a compra da Suzano Petroquímica, e o desdobramento posterior da sociedade entre Petrobras e Unipar, consolidando ativos na região sudeste, afeta diretamente a configuração deste pólo petroquímico regional.

A nova empresa petroquímica que surgirá da consolidação na região sudeste envolverá a Polietilenos União, a Petroquímica União, a Unipar Divisão Química e a Suzano Petroquímica. Os ativos desta nova empresa estão localizados em cinco cidades de três estados brasileiros: Cubatão, na Baixada Santista, e Santo André e Mauá, no ABC paulista; Duque de Caxias, no Rio de Janeiro; e Camaçari, na Bahia.

São cerca de 4 mil trabalhadores nas oito empresas que compõem o pólo sudeste, sendo 2.300 em condição precária pela terceirização.

A cadeia petroquímica no sudeste é de fundamental importância para o desenvolvimento nacional. Os trabalhadores petroquímicos, através de suas representações sindicais, sempre contribuíram com iniciativas de fortalecimento da cadeia produtiva com melhoria nas condições de trabalho. Citamos como exemplo o plano setorial de qualificação dos trabalhadores do setor plástico, oriundo do Fórum de Competitividade da Cadeia Plástica; a Convenção Coletiva de Trabalho de Segurança em Máquinas Injetoras de Plástico, que vigora desde 1995 e chegou às máquinas de sopro, resultando em drástica redução no número de amputações e mortes de trabalhadores; as normatizações referentes ao benzeno, marco para o setor em todo o país, e da NR-13, sobre caldeiras e vasos de pressão, importante ferramenta na gestão da segurança dos trabalhadores.

Sendo o setor altamente intensivo em capital, a produtividade por trabalhador é elevadíssima. A consolidação em curso intensifica as exigências em termos de ritmo de trabalho, o que exige a assegurar e aprofundar a participação dos trabalhadores na tomada de decisões para que a saúde dos trabalhadores não seja comprometida.

Entendemos que a presença do Estado em setores essenciais da economia é condição para que o país possa crescer integrando toda a atividade produtiva, estimulando o desenvolvimento regional, gerando trabalho digno, contribuindo efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Compreendemos a necessidade deste processo de consolidação, e por isso defendemos, simultaneamente, a ampliação da indústria petroquímica regional, com geração de novos postos de trabalho, como condição necessária para que este processo se efetive de forma a fortalecer a cadeia produtiva petroquímica como um todo.

A ação dos Sindicatos visa garantir também que o processo de consolidação em curso não gere repercussões danosas à sociedade, particularmente quanto aos preços das matérias-primas ofertadas para as centenas de empresas de transformação plástica que se situam na terceira geração da cadeia produtiva. Em sua maioria, são empresas de pequeno porte e que respondem por grande parte dos empregos gerados no setor, cuja produção interfere diretamente nas cadeias produtivas de alimentos, saúde, têxtil, entre outros.

Por tudo isso, temos buscado constante diálogo com as empresas envolvidas para garantir a efetiva participação dos trabalhadores na tomada de decisões que afetem o emprego e as condições de trabalho. Neste sentido, destacamos temas que reivindicamos como centrais para que esta consolidação atenda de fato aos interesses do conjunto da sociedade e dos trabalhadores do setor:

Preservação de todos os postos de trabalho.

Fim da terceirização com contratação dos terceirizados.

Reconhecimento da representação sindical dos trabalhadores em conformidade com as convenções da OIT.

Jornada semanal de 40 horas para os trabalhadores que não cumprem jornada em turno ininterrupto.

Adicionais de turno justos e unificados.

Jornada de turno ininterrupto de revezamento de 33,36 horas semanais com cinco turmas de 8 horas.

Manutenção e ampliação dos benefícios, em especial: assistência médica e odontológica; cesta básica; auxílio educação para todos os trabalhadores e seus dependentes; previdência privada com representação dos trabalhadores na gestão dos planos; entre outros.

Elaboração de plano de trabalho em saúde, segurança e meio-ambiente, com participação dos trabalhadores e suas representações sindicais.

Representante eleito pelos trabalhadores no conselho administrativo da futura empresa.